

GUILHERME COSTA CÂMARA

JUIZ **das garantias**

FUNDAMENTOS – HORIZONTES

2ª EDIÇÃO


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Juiz das Garantias: Fundamentos - Horizontes - 2ª edição

©Guilherme Costa Câmara

EDITORA MIZUNO 2026

Revisão: Guilherme Costa Câmara

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166	
C172j	Câmara, Guilherme Costa Juiz das garantias: fundamentos - Horizontes / Guilherme Costa Câmara. - 2. ed. - Leme-SP: Mizuno, 2026. 475 p.; 17 X 24 cm ISBN 978-85-7789-790-2 1. Determinação da pena e aplicação das sentenças. I. Câmara, Guilherme Costa. II. Título. CDD 345.072
Índice para catálogo sistemático	
I. Determinação da pena e aplicação das sentenças	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

PARTE 1

Fundamentos do Juiz de Garantias	25
---	-----------

CAPÍTULO 1

1 Juiz de Garantias: Noções Introdutórias	27
2 O Sistema Processual Inquisitivo	29
3 Paradigma Acusatório – O Juiz Já Não Detém Todas as Cartas do Jogo Persecutório	32
3.1 O Ministério Público Como Fator Propiciador – Mas não Garantidor – Da Imparcialidade do Juiz	34
3.2 Convivência do Modelo Acusatório Com uma Etapa Preliminar de Natureza Inquisitiva	35
4 O Perigosamente Ambivalente Sistema Processual Misto	37
4.1 Sistema Misto: Essência Inquisitória Sob Roupagem Acusatória	38
5 Critério(S) de Definição dos Modernos Sistemas Processuais Penais	40
5.1 Gestão Probatória e Poder Instrutório do Juiz Penal	42
6 O Contemporâneo Modelo Processual Penal Esculpido no CPP Pelo Legislador – Lineamentos	48
6.1 Superação do Modelo Processual de Vocação e Figurino Inquisitoriais	50
6.2 Mudança Paradigmática: Efetiva Primazia do Princípio Acusatório	51
7 Salvaguarda da Imparcialidade – Fundamento Propulsor da Instituição do Juiz de Garantias	53
7.1 Imparcialidade Subjetiva e Objetiva	57
7.1.1 Imparcialidade Subjetiva	58
7.1.2 Imparcialidade Objetiva	58
7.1.2.1 Imparcialidade Objetiva: Requisito Orientado ao Robustecimento da Confiança nas Decisões Judiciais – A “Estética de Imparcialidade”	59
7.1.2.2 Imparcialidade Objetiva Enquanto Exigência de Refinamento do Sistema Acusatório: O Conhecimento como Fator de Impedimento	61
7.1.2.2.1 “Véu de Ignorância”: A Importância de Não-Saber à Preservação da “Mente Intacta” de um Julgador Isento	63

CAPÍTULO 2

1 Saber Penal: Sistema Epistemologicamente Aberto à Interdisciplinariedade	69
2 Contribuições da Psicologia Cognitiva ao Saber Penal	70
2.1 Etapa Pré-Processual: Ambiente Propício à Captura Psicológica do Juiz Penal	71
2.2 Dissonância Cognitiva: Potencial Ressonância Sobre a Imparcialidade do Julgador	74
2.2.1 O Experimento de Bernd Schünemann	77
2.2.1.1 O Experimento de Schünemann: Resultados	78
2.3 Constatação da Influência da Dissonância Cognitiva em Sede Processual Penal: Fundada Suspeita de Comprometimento da Imparcialidade do Julgador	79
3 Resistência ao Reconhecimento da Figura do Julgador Psicologicamente Capturado: Precipitada Desvalorização da Dissonância Cognitiva e do Instituto do Juiz de Garantias	82
4 O Problema da Cultura Inquisitória – Tenaz Resistência de Uma Tradição Autoritária (Ou o Passado a Assombrar o Presente e o Porvir)	85
4.1 Tópica Refutação às Principais Objurgações ao Instituto do Juiz de Garantias	94
5 Juiz de Garantias: Entrada em Cena do Juiz Constitucional e Muldisciplinarmente Capacitado Enquanto Indispensável Fator de Promoção Civilizatória	104
5.1 Formação do Magistrado – O Abissal Déficit Criminológico	106
5.1.1 Teoria da Rotulação: O Não Desprezível Papel Seletivo e Criminogênico da Reação Penal	107
5.2 Rigor Penal e Mutabilidade Temporal da Norma Penal: A Necessidade de Mirarmos a Seta do Tempo	110
5.3 Atuação do juiz de Garantias à Luz da CF – Juiz Constitucional: o “Homem Do Dique”	113
6 Atuação do Juiz Criminal na Etapa Pré-Processual em Ordens Jurídicas Alienígenas – Breve Estudo Microcomparativo	117
6.1 Considerações Preliminares	117
6.2 Juiz de Garantias – América Latina	120
6.3 O Paradigma Italiano	121
6.4 Figurino de Atuação do Juiz de Garantias em Portugal	124
7 Audiência Contraditória Prévia à Análise de Admissibilidade da Acusação – Fase Processual Intermediária Enquanto Imperativo de Aperfeiçoamento do Sistema Acusatório	128
7.1 Audiência Preliminar: Possibilidade de Ampliação da Esfera de Atuação do Juiz De Garantias	130
7.2 Efeitos Colaterais Positivos Irradiantes da Integração de Audiência Preliminar à Estrutura Processual Acusatória	131
7.2.1 Efetivas Ponderação e Análise da “Justa Causa” Penal	131
7.2.2 Depuração da Prova: Expurgo da Prova Ilícita	134
7.2.3 Aprimoramento do Trabalho Investigativo e da Postulação Acusatória	135
7.2.4 Maior Estímulo à Adoção da Via Consensual	137
7.3 Etapa Processual Intermediária: Reflexões Conclusivas	138
8 Juiz de Garantias e Investigação Defensiva	142

CAPÍTULO 3

1 Contemporâneo Sistema Processual Penal Brasileiro: Juiz de Garantias – Notas Preliminares	147
2 Necessidade de Blindagem do Processo Penal Contra o “Juiz Penal Bivalente”	149
2.1 Debilitamento da Presunção de Inocência Pela Prevenção – Necessária Interdição à Figura do Juiz Prevento	152

2.2	Decisões Cautelares: Risco Acrescido de Enviesamento do Juiz de Garantias	157
2.3	Impedimento do Juiz de Garantias Para Atuar no Curso da Ação Penal: Robusta Garantia Contra o Juiz Capturado Psicologicamente	159
2.4	Especialização da Função: Esperável Maior Rigoriedade na Análise da “Justa Causa” Penal	161
2.4.1	Motivação e Fundamentação do Recebimento da Acusação: Destacado Requisito de Imparcialidade Objetiva	163
3	Risco Residual de Quebra da Imparcialidade do Juiz da Instrução e Julgamento	164
4	Etapa Processual: Limitada Margem de Atuação do Juiz da Instrução e Julgamento no Campo da Prova	166
4.1	Atuação Instrutória Meramente Acessória – Arts. 156, II e 404, Caput, CPP	168
4.1.1	Juiz da Instrução e Julgamento – Investigador da Verdade Real?	172
4.2	Interdição de Atividade Probatória Autônoma ao Juiz da Instrução e Julgamento	173
4.2.1	Tópica Atuação de Ofício do Julgador no Campo Probatório Legitimada nos Primados de Liberdade e de Inocência	175
5	Iniciativa de Ofício do Juiz no CPP – Necessidade de Depuração do Sistema Acusatório de Disfuncionais Rejeitos Inquisitórios: Filtragens Legal e Constitucional	182
5.1	Hipóteses de Revogação de Dispositivos do CPP Decorrentes da Incidência do Novel Art. 3º.- A/ CPP	183
5.1.1	Dispositivos do CPP Referentes à Etapa Pré-Processual Tacitamente Revogados Pela Lei N. 13.964/19	184
5.1.2	Dispositivos Atinentes à Fase Processual Implicitamente Revogados Pela Lei N. 13.964/19	187
5.1.3	Dispositivos do CPP Compatíveis Com o Atual Modelo Acusatório (Apenas na Aparência Inquisitórios)	193
6	Âmbito de Incidência do Instituto do Juiz de Garantias	199
6.1	Juiz de Garantias e Colegialidade	200
6.1.1	Juiz de Garantias e a Lei N. 12.694/12	207
6.2	Juiz de Garantias e a Justiça Militar	208
6.3	Legitimidade do Juiz das Garantias Para os Processos Criminais Eleitorais	210
6.4	Juiz de Garantias – Aplicabilidade do Instituto ao Rito dos Crimes Dolosos Contra a Vida	213
6.5	Juiz de Garantias e as Varas de Violência Doméstica e Familiar	216

PARTE 2

COMENTÁRIOS AOS ARTS. 3-A/3-F DO CPP	221
---	------------

REFERÊNCIAS	467
--------------------------	------------